

## Maquiavel e a fundação do Estado Moderno

JOSÉ CLEYTON LOPES\*

### Resumo

No ano de celebração dos 500 anos da escritura de “*O príncipe* (1513)”, obra mais conhecida de Nicolau Maquiavel, ainda constatamos sem muito esforço a atualidade deste. O presente artigo assinala alguns aspectos do pensamento de Maquiavel e sua relação com a fundação e manutenção do Estado. Aspectos que o tornaram um clássico da ciência política moderna. Neste sentido, o trabalho está pautado, maiormente, nas duas principais obras do pensador florentino, “*O príncipe*” e “*Os Discorsi*”. Ademais, subsidiamos nossa interpretação a partir das singulares teses de Rousseau e Gramsci acerca dos propósitos de Maquiavel. E ressaltamos igualmente o impacto do contexto no qual Maquiavel estava inserido quando elaborou as duas obras. Finalmente, defendemos um “Maquiavel republicano” e, por conseguinte, destacamos em suas obras os “pilares” que sustentariam uma república segundo o autor.

**Palavras-chave:** Maquiavel; Estado moderno; Poder.

### Abstract

In the year of celebration of the 500th anniversary of the writing of “*The Prince* (1513),” best known work of Niccolò Machiavelli, it is needless to say it still remains up-to-date. This article points out at some aspects of Machiavelli's thought and its relationship with the foundation and maintenance of the state. These are the aspects that turned him into a classic of modern political science. In this sense, the work is guided most keenly by the two main works of the Florentine thinker namely: “*The Prince*” and “*The Discourses*”. Moreover, we base our interpretation on the singular theses by Rousseau and Gramsci about Machiavelli's purposes. We emphasize the impact of the context in which Machiavelli was inserted when he wrote his two major works. Finally, we defend the idea of a “Republican Machiavelli” and this way we highlight the existence of “pillars” in his work that would sustain a republic, according to the author.

**Key words:** Machiavelli; modern State; Power.



\* JOSÉ CLEYTON LOPES é mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais na Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

## Introdução

A grandeza de todo pensador clássico consiste em alcançar gerações porvindouras, inspirá-las a agir, a marchar e até sonhar utopias. Versa também em jamais ser ignorado pelos adversários, ainda que os considere um réprobo. Assim é Nicolau Maquiavel.



Niccolò di Bernardo dei Machiavelli (1469-1527)

O secretário florentino, ao se debruçar sobre os problemas do seu tempo, não ficou preso a eles. Ao contrário, influenciou com sua obra as mentes mais controvertidas e brilhantes nos cinco séculos subsequentes ao seu. Alvo da contrarreforma, saudado pelos iluministas, inspiração de um Mussolini, mas também de um Antonio Gramsci, Maquiavel é, por excelência, um clássico.

Quais foram os problemas do tempo de Maquiavel? Os problemas nos quais se pode encontrar em todos os tempos e em todas as sociedades, quais sejam: como se funda? Como se conquista? Como se conserva? Como se perde o poder? Nesse sentido, o lócus de investigação do pensador italiano não poderia ser outro senão o Estado. Isso esclarece bastante os distintos interesses por sua obra, porém não explica tudo.

Certamente, sua forma “original” de investigação lhe consagrou ocupar um lugar destacado na filosofia política. Ao sublinhar os atos dos “grandes homens”, Maquiavel convida o leitor a compreender a política de maneira objetiva. Com isso, ele introduziu outra possibilidade de analisar as relações de

poder e rompeu com a tradição medieval segunda a qual esta relação era percebida com fundamentos morais teocênicos. Em suas obras, não encontramos especulações. Tampouco se vê um tipo ideal de Estado ou sociedade. A originalidade de Maquiavel reside,

portanto, em revelar a crueza das ações de fundação, conquista e manutenção do poder.

O século XVI, no qual viveu Maquiavel, foi marcado por diversas mudanças culturais, políticas e econômicas na Europa. Entre elas, realçamos a que mais se confundiu com a obra do nosso autor: o Estado moderno. Esse século é lembrado ainda como período de expansão europeia sobre os povos alhures. E, finalmente, a unificação dos Estados, notadamente Portugal, Espanha, Inglaterra e França, é apontada como principal fator para que isso houvesse ocorrido.

Embora Florença, cidade natal de Maquiavel, tenha sido o berço das principais manifestações renascentistas, não se concretizou, na Itália dessa época, a unificação. Seguramente, essa foi a maior decepção política do secretário florentino, pois, em seus escritos, seja nos “*Discorsi*”<sup>1</sup> ou no “*Príncipe*”, o autor não escondeu seu desejo de ver a Itália unificada.

<sup>1</sup> Para este trabalho utilizamos a 5ª edição publicada pela editora UNB cujo título é “*Comentários sobre a primeira década de Tito Lívio*” (2008). Todavia, no escopo do texto usamos o título mais “popular” da obra: “*Discorsi*”.

Contudo, apesar dos seus esforços, isso só ocorreria quatrocentos anos mais tarde<sup>2</sup>. Esse dado não é secundário na obra de Maquiavel. Ele constitui o cerne motivacional de suas investigações.

Pelo fato de os Estados modernos se formarem no tempo de Maquiavel, mas não em sua terra natal, parece paradoxal afirmar que sua obra se confunde com o surgimento daqueles. Porém, isso fica esclarecido por duas razões. Primeiro, a ocupação de secretário-chanceler de Florença rendeu a Maquiavel viajar por praticamente toda a Europa. As experiências que relata em “*O Príncipe*” são baseadas – junto com a análise da história – nessas viagens. Segundo, e mais relevante, é o caráter cosmopolita dos humanistas italianos. Desse modo, o renascentista florentino estava cômico dos novos arranjos políticos de sua época.

Além da originalidade metodológica, a relação de sua obra com a fundação do Estado moderno, Maquiavel também estimula a polêmica entre as formas de governo. Repúblicas ou Principados? Qual forma de governo o autor defendeu? Esta é uma questão para a qual não há consenso. Todavia, seguindo as pistas de Rousseau e Gramsci, ressaltaremos a unidade entre as duas principais obras de Maquiavel cuja temática é explicitada.

O presente artigo assinala alguns conceitos de Maquiavel e a relação destes com a fundação do Estado moderno. Para tal fim, o texto está subdividido em três subseções. A primeira ressalta os aspectos marcantes da ruptura do autor com a tradição medieval. Em seguida, destacamos os fundamentos do Estado a partir de sua

obra. E, por último, destacamos as bases da república, segundo Maquiavel.

### 1. A Ruptura entre a religião e a política

Sem procurar os fundamentos em abstrações especulativas ou morais, Maquiavel se esforçou, por outro lado, em investigar as experiências dos “grandes homens” que deram origem aos Estados. O pensador florentino notou, ao realizar essa investigação, a crueza nos atos de fundação dos Estados. Para ele, o julgamento sobre a ação política não precede e nem se baseia em orientações morais, pois a finalidade desta é lograr a segurança do Estado. Contudo, longe de avaliar a obra de Maquiavel “amoral”, deve-se perceber sua genialidade em estabelecer outra moral tipicamente política. De acordo com Miguel:

No pensamento de Maquiavel, muitas vezes, é imprescindível praticar o mal para promover o *bem*, isto é, permanece um julgamento de valor sobre a natureza do fim a ser alcançado. Nem toda ação má é justificável, apenas aquelas orientadas para objetivos dignos. Vale dizer, mais que promover a expulsão do julgamento moral do campo da política, o pensador florentino estabelece um padrão moral próprio à política, distinto daquele que se aplica à esfera privada. (2007, p. 30. Grifos do autor).

O Estado e a política começam a se separar do domínio da igreja católica na época de Maquiavel. E esse movimento é visto pelo escritor florentino e refletido em suas obras. O exemplo desse processo de separação entre a religião e a política “foi a rebelião da Inglaterra” em 1531, quatro anos após a

<sup>2</sup> A Itália foi à última nação europeia a se constituir como Estado Nação, em 1861 após o *Risorgimento*.

morte<sup>3</sup> de Maquiavel e dezoito anos depois das publicações de “*O Príncipe*” e os “*Discorsi*”.

Seu pensamento expressou os novos rumos históricos do século XVI, isto é, a decadência da escolástica e a emergência da filosofia moderna. Maquiavel corroborou enormemente para o desenvolvimento do humanismo cívico, primeiro movimento filosófico moderno. Ao contrário da tradição medieval, no humanismo, os homens são colocados no centro dos processos históricos. Se outrora a igreja católica estabelecia a necessidade do elo entre os homens e a Providência<sup>4</sup>, com o humanismo, essa concepção entra em crise. A obra de Maquiavel marca esse corte, uma vez que ele sublinha as ações humanas como a causa verdadeira do desenvolvimento histórico.

O secretário florentino é um dos primeiros pensadores a rejeitar a visão segundo a qual o destino da humanidade é imutável e a “fortuna” é irrefreável. Com sutileza e maestria, Maquiavel responsabiliza os homens muito mais que a “fortuna” pelo *devir*. Segundo ele:

[...] muitos têm tido, e têm, a opinião de que as coisas do mundo são governadas pela fortuna e por Deus, *de modo que a prudência dos homens não as poderia corrigir nem lhes ofertaria algum remédio*. Dessa maneira, poder-se-ia pensar que ninguém deve se importar muito com ela, deixando-se simplesmente reger pela fortuna. Essa opinião é muito aceita na nossa época, pela grande variação das coisas, o que se percebe diariamente, fora de toda conjetura

humana. [...] Apesar disso, e uma vez que nosso livre-arbítrio permanece, acredito poder ser verdadeiro o fato de que a fortuna arbitre metade de nossas ações, mas que, mesmo assim, *ela nos permita governar a outra metade quase inteira*. (Maquiavel, 2000, p. 143, grifo nosso).

O autor não só rompe, portanto, com o juízo mundano medieval, mas também lança “manifesto” em prol da construção autônoma do Estado, sobretudo, a Itália. Ele continua, para melhor fixar sua proposição realista, com a metáfora dos “rios impetuosos” que, sem a organização das “barragens” e dos diques, inundaria totalmente as cidades. Sendo assim, cabe aos homens canalizar a força destrutiva ou criadora da “fortuna”. Não se trata de impedir essa força, pois seria impossível segundo Maquiavel. Todavia, os “grandes homens” desfrutaram dessa força negativa como elemento criador para fundar novos Estados ou conservar a soberania do poder.

O pensador florentino ressalva a mudança da história e, ao invés de se prender ao “como deveria ser”, enfatiza “como as coisas são” quando se almeja proteger-se dos infortúnios. Nesse sentido, para Maquiavel, a política se torna a arte do possível. Além disso, esta não se atrela a uma vontade externa ou moral. No seio da política, os homens são guiados, antes de tudo, pelos seus respectivos interesses. Isso não era seu desejo, mas sim o que havia constatado na história clássica. Segundo ele:

Como demonstram todos os que escreveram sobre política, bem como numerosos exemplos históricos, é necessário que quem estabelecer a forma de um Estado, e promulga suas leis, parta do princípio de que todos os homens

<sup>3</sup> Com a derrota dos Medici em Florença, Maquiavel passa a sofrer perseguição, é excluído da vida pública e morre em 1527.

<sup>4</sup> O Estado era considerado durante a idade média como um meio de preparação para a ascendência divina.

são maus, estando disposto a agir com perversidade sempre que haja ocasião. (Maquiavel, 2008, p. 29).

Para Maquiavel, no entanto, isso não significa que os homens são maus por natureza. É controvertido, por conseguinte, buscar em suas obras uma concepção da natureza humana. Haja vista seu realismo político não estar vinculado às concepções de “bem” ou “mal”, segundo a tradição cristã. O que lhe interessou foi descobrir como os homens agem nas relações de poder.

Essa foi a ruptura de Maquiavel com a moral predominante de sua época. Não por acaso ele é considerado o fundador da ciência política. Até meados do século XV, jamais a política havia sido pensada como instância autônoma. Seu método, deste modo, institui o realismo político e se une ao desenvolvimento do Estado moderno. Este, por vez, não se formou apenas com a cisão entre a política e a religião, tampouco com o monopólio da força. A soberania do Estado moderno reside igualmente numa nova forma de organização social e dominação política. Nesse aspecto, o secretário florentino também se consagrou como precursor das análises acerca da outra face do Estado.

Em seus escritos, especialmente “*O Príncipe*” e os “*Discorsi*”, o autor não assinala somente o uso da força como forma de manutenção do poder. É notória sua preocupação em convencer o leitor dos outros meios pelos quais o Estado moderno se munuiu, para se firmar historicamente. Trataremos nesta próxima seção desses meios.

## 2. Força e Consenso

Para revelar a organização do Estado moderno, Maquiavel recorreu à figura mitológica do centauro Quíron. Termina também, vale lembrar, delineando a ação do príncipe quando pretende se

manter soberano. Todo Estado ou príncipe é composto de duas naturezas. Uma é humana. A outra é fera. As leis correspondem à primeira enquanto a segunda diz respeito ao uso da força coercitiva.

O leitor do século XXI certamente se choca quando encontra, na obra de Maquiavel, exemplos tão cruentos do uso da força. No entanto, o autor assinala duas condições acerca dos atributos da metade fera. A primeira ressalta que, mais do que a força bruta, encarnada na figura do leão, os príncipes devem possuir a astúcia da raposa para se livrar das armadilhas. A segunda salienta que, “simular” o uso da força é tão mais relevante que o cumprimento desta. Deve-se buscar, segundo seu raciocínio, destreza com uso dos dois meios empregados pela metade fera. Nas palavras de Maquiavel:

Os que se servirem exclusivamente dos leões não serão bem-sucedidos. Por esse motivo, um príncipe prudente não pode nem deve manter a palavra dada quando isso lhe é nocivo e quando aquilo que a determinou não mais exista. Fossem os homens todos bons, esse preceito seria mau. Mas, uma vez que são pérfidos e que não a manteriam a teu respeito, também não te vejas obrigado a cumpri-la para com eles. [...] É preciso, todavia, disfarçar muito bem tal qualidade, e ser bom simulador e dissimulador. E tão simples são os homens, e obedecem tanto às necessidades presentes, que aquele que engana sempre achará a quem enganar. (2000, p. 110).

O pensador florentino compreendeu o valor trivial que os homens dão às aparências onde a política reina. Não só príncipe ou governo, por exemplo, mas especialmente o Estado deve ter essa “qualidade” dissimuladora, uma vez que

esta se relaciona com o grau de legitimação. O Estado moderno, em razão da ruptura com a religião, não se legitima mais com base no discurso teocrático. Ao invés disso, constrói o consenso a partir da ordem (coerção) e da suposta garantia (legitimação) da liberdade individual. Obviamente, a ordem é empregada pela metade ferina, ou seja, a força. E, a outra metade, se encarrega de construir o consenso.

Esse dilema foi assinalado por Maquiavel e desenvolvido pelos contratualistas. Thomas Hobbes, John Locke e Rousseau são os responsáveis pela fundamentação político-ideológica do Estado moderno após a obra do pensador florentino. Com aspectos distintos e até opostos, as obras desses filósofos abordam, entre outras coisas, a constituição do Estado moderno prefigurado por Maquiavel. Não pretendemos, no entanto, nos aprofundar nas obras deles, apenas ressaltaremos, abaixo, algumas passagens textuais que evidenciam o enfrentamento deles com aquele dilema.

O “*Leviatã*” de Hobbes demonstra, *grosso modo*, a necessidade do Estado reivindicar o uso legítimo da força a fim de impor a ordem. De acordo com o filósofo inglês, os homens são egoístas e imprevisíveis num estado de natureza, por isso se ergue sobre eles um poder artificial capaz de impedir a autodestruição entre eles. O exercício desse poder se fundamenta num contrato entre os indivíduos. Assim, o Estado na concepção hobbesiana emerge conforme um consenso formado na sociedade. Por meio das leis e uso legítimo da força, o Estado garantiria a liberdade dos indivíduos. Em outras palavras:

[...] como os homens, tendo em vista conseguir a paz, e através disso sua própria conservação,

criaram um homem artificial, ao qual chamamos Estado, assim também criaram cadeias artificiais, chamadas leis civis, as quais eles mesmos, mediante pactos mútuos, prenderam numa das pontas à boca daquele homem ou assembleia a quem confiaram o poder soberano, e na outra ponta a seus próprios ouvidos. (Hobbes, 1997, p. 172).

John Locke, enfrentando o mesmo dilema: a força e o consenso como elementos estruturantes do Estado moderno, principia de uma concepção jusnaturalista diferente. Na obra de Locke, o trinômio “estado de natureza”, “contrato social” e “Estado civil” aparecem de forma diferente das que foram significadas por Hobbes. Na visão lockeana, no estado de natureza, os homens vivem em total liberdade e harmonia, porém, estes realizam um pacto a fim de consolidarem os “direitos naturais”, isto é, a liberdade individual e a propriedade privada.

Ao contrário de Hobbes, o fundador da doutrina liberal enfatiza mais o emprego das leis pelo Estado. E foi com esse objetivo que, segundo ele, os homens “consentiram” a construção do Estado. Vale ressaltar, entretanto, que Locke defende o uso da força contra qualquer atentado à propriedade privada. A função do Estado, segundo serve para:

[...] impedir a todos os homens que invadam os direitos dos outros e que mutuamente se molestem, e para que se observe a lei da natureza, que importa na paz e na preservação de toda a Humanidade, põe-se, naquele estado, a execução da lei da natureza nas mãos de todos os homens, mediante a qual qualquer um tem o direito de castigar os transgressores dessa lei em tal grau que lhe impeça a violação, pois a lei da natureza seria vã, como quaisquer outras leis que digam respeito ao homem neste

mundo, se não houvesse alguém nesse estado de natureza que não tivesse poder para pôr em execução aquela lei e, por esse modo, preservasse o inocente e restringisse os ofensores. (Locke, 1973, p. 42).

Desse modo, notamos nas entrelinhas, que o uso da força e o respaldo do consenso relativos ao Estado também estão presentes nas obras dos dois filósofos ingleses mencionados.

Embora, em Maquiavel, o tema da propriedade privada não estivesse no centro de sua investigação – tal como aparece explicitamente nas obras de Hobbes e Locke –, as consequências desta não lhe escaparam. Obviamente, quando o pensador florentino adverte que “há em todos os governos duas fontes de oposição: os interesses do povo e os da classe aristocrática” (Maquiavel, 2008, p. 31), ele considera os que possuem a propriedade – e dela retira a capacidade de oprimir – e os que almejam liberta-se de toda forma de opressão.

Essa constatação é lembrada por Rousseau, cuja interpretação sobre a obra de Maquiavel, diga-se de passagem, aponta para um subjacente espírito republicano deste. Nas palavras do filósofo franco-suíço: “[Maquiavel] fingindo dar lições aos reis, deu-as, grandes, aos povos. O *Príncipe* de Maquiavel é o livro dos republicanos”. (Rousseau, 1997, p.159). Para Rousseau, Maquiavel “amava” a liberdade, mas precisou disfarçar esse sentimento. Nesse sentido, o escritor renascentista teria revelado de maneira realista, ainda que de forma metafórica, como as classes dominantes de sua época estabeleciam o domínio sobre o povo.

Além dessa nota, na obra “*Do contrato social*”, o Estado se expressa como encarnação de uma vontade coletiva. A

legitimação deste também resulta, segundo o autor, do consenso na sociedade. Entre os contratualistas, vale lembrar, Rousseau é quem mais se aproxima de Maquiavel, visto que, para ele, o Estado ou príncipe também representa a materialização da vontade geral. Nas palavras de Rousseau:

[...] a vontade dominante do príncipe só é, ou deveria ser, a vontade geral ou a Lei, e sua força não é senão a força pública nele concentrada: desde que deseje derivar de si mesmo qualquer ato absoluto e independente, começa a afrouxar-se a ligação do todo. (1997, p. 141).

Assim, seguindo as pistas de Maquiavel, bem como de Rousseau, consideramos que o consenso é parte integrante – assim como o monopólio legítimo da força – do Estado moderno. Não é demais insistir no fato de o consenso ser formado na sociedade ainda que o Estado instrumentalize sua formação a determinado fim. Esse dado não é menos importante, uma vez que pensadores como Hobbes e Locke, sobretudo este último, desenvolveram suas respectivas reflexões acerca do Estado, abordando-o como elemento externo à sociedade.

Certamente, para Maquiavel, o reconhecimento da “natureza dúplice do centauro” foi de suma importância. Isso porque o pensador florentino era, como destaca Gramsci, um homem de ação<sup>5</sup>. Ele almejava a transformação radical na sociedade e sabia que isso não seria levado a cabo tão somente com uso da força. Era necessária, igualmente, uma reforma ideológica para incidir na condução das forças históricas capazes de unificar a Itália. Em síntese, Maquiavel denotou que o Estado e a sociedade moderna são intrinsecamente

<sup>5</sup> Ver Gramsci (1980).

ligados, um se realiza com o outro. Logo, o poder do Estado e o consenso são obras dos homens e, como tal, se concretizam completamente na sociedade. Essa verificação, por vez, só foi possível porque ele rompeu com a religião e a moral, legando maior autonomia à política.

### 3. As bases da república

Em seus escritos, especialmente no “*Príncipe*” e nos “*Dircorsi*”, o autor distingue duas formas de Estado. Estes podem ser principados ou repúblicas. Por considerarmos, com base na interpretação de Rousseau, que Maquiavel defendia a segunda forma, apresentamos, abaixo, alguns elementos que sustentam essa interpretação.

No que diz respeito às virtudes de um governo, Maquiavel também operou uma ruptura com a tradição medieval. Se nesta o bom governo era o que mantinha a harmonia, a união; por outro lado, o pensador florentino sublinha que é exatamente no conflito que o governo alcança sua grandeza. A razão disso é o conflito representar, segundo seu raciocínio, “equilíbrio” dos poderes na sociedade. E, em contrapartida, a harmonia, a união, jamais fora alcançada em sentido pleno, conforme indica Maquiavel. Além disso, quando muito, o que se impetrava era um poder centralizado e um governo degenerado que incidia na sociedade.

Ao analisar a história de Roma, o autor constata três espécies de governo: primeiro, a monarquia; segundo, a aristocracia; terceiro, a democracia. Cada um se degenera em três formas perniciosas. A monarquia em despotismo, a aristocracia em oligarquia, e a democracia em permissividade. Com isso, Maquiavel também aponta – contrastando com a tradição escolástica que concebe essas

mudanças de forma linear e providencial – um *devir* circular da história. Ao fim e ao cabo, seu texto sugere que a grandeza do império romano se deveu ao fato de extrair as virtudes presentes em cada uma das três espécies de governo citadas, bem como aperfeiçoando-as conforme a “fortuna”.

A busca incessante pela liberdade impulsionaram a emergência das leis e, por consequência, a transformação dos governos monárquicos em aristocráticos. E, por fim, destes, em repúblicas. Assim sendo, para Maquiavel o conflito na sociedade é a força motriz e tão mais salutar que a harmonia. O conflito engendra a procura pela estabilidade que, por sua vez, se expressa nas leis. Estas, conforme verificou o autor nos “*Dircorsi*”, foram sempre mutáveis, de acordo com a “fortuna”. Nas palavras de Maquiavel:

Os que criticam as contínuas dissensões entre os aristocratas e o povo parecem desaproveitar justamente as causas que asseguraram fosse conservada a liberdade de Roma, prestando mais atenção aos gritos e rumores provocados por tais dissensões do que aos seus efeitos salutaros. [...] Todas as leis para proteger a liberdade nascem da sua desunião, como prova o que aconteceu em Roma [...]. (2008, p. 30).

O conflito para o secretário florentino era base da república romana. Ademais, a perpetuação de Roma não se deveu à obra da providência, mas na *virtú* dos “grandes homens” que a governaram. O papel formativo é outro aspecto salutar do caráter mutável das leis e das instituições romanas. A metáfora das “barragens”, que são erguidas para canalizar a força dos rios, é bastante apropriada nesse ponto. O que Maquiavel admirava nos romanos,

portanto, fora a capacidade de institucionalizar os conflitos, ou seja, de transformar a força negativa em fonte criativa do desenvolvimento romano.

Continuando com sua defesa acerca das bases da república romana, o autor nos diz:

Não se pode de forma alguma acusar de desordem uma república que deu tantos exemplos de virtude, pois os bons exemplos nascem da boa educação, a boa educação das boas leis, e estas das desordens que quase todos condenam irrefletidamente. De fato, se se examinar com atenção o modo como tais desordens terminaram, ver-se-á que nunca provocaram exílio, ou violências prejudiciais ao bem público, mas que, ao contrário, fizeram nascer leis e regulamentos favoráveis à liberdade de todos. (*Idem*. p. 31).

Com seus comentários sobre a obra de Tito Lívio, o autor se mostra explicitamente democrático e apaixonado pela liberdade. Exalta, por diversas vezes, as virtudes de Roma. Almeja, com isso, cativar os jovens republicanos de Florença<sup>6</sup>. Os aconselhavam deste modo, para que buscassem inspiração na história romana e percebessem que na Itália fragmentada, conturbada e atribulada, haveria de emergir uma potência criativa capaz de emancipá-la.

### Considerações finais

Mais que um manual sobre a arte da política, a obra de Maquiavel representa um manifesto. O autor conclama nela a libertação da Itália frente às ocupações

bárbaras. Com esse fim, se aprofundou no mais obscuro realismo da política.

A trajetória intelectual de Maquiavel o obrigou a realizar um feito que se tornou “divisor de águas” para a história do pensamento político. Por ter cravado a separação entre a moral e a religião da política, o escritor florentino inaugurou, talvez, até para além da sua imaginação, uma nova moral autenticamente política. E, conseqüentemente, amargou, ainda em vida, a hostilidade do conservadorismo por tal proeza.

Acreditamos, além disso, que sua obra contribui muito mais para a emancipação das classes oprimidas do que para as classes opressoras manterem-se soberanas. Por apresentar os “bastidores da política”, Maquiavel transmitiu para as gerações porvindouras os meios teóricos necessários para superar a dominação. Nesse sentido, é que podemos também considerar sua obra um manual sobre a arte da política.

Ressaltar esses aspectos referentes ao legado teórico de Maquiavel é de suma importância, uma vez que, por se tratar de um clássico, sua obra será permanentemente disputada pelas forças históricas. O jogo polissêmico travado a propósito de suas teses é atravessado por ideologias antagônicas. Por essa razão, é indispensável à marcação ou localização de qual perspectiva interpretativa é lançada para compreender os escritos de Maquiavel.

Dentro dessas condições, enfatizamos a interpretação inovadora de Rousseau relativa ao “*O Príncipe*”. Da mesma forma, implicitamente, imprimimos as reflexões de Antonio Gramsci (1980) e Luciano Gruppi (1980), indispensáveis para a elaboração deste artigo.

Em linhas gerais, a obra de Maquiavel é fundamental para a compreensão e a

<sup>6</sup> A obra “Comentários sobre a primeira década de Tito Lívio” ou “*Discorsi*” foi dirigida a dois jovens republicanos, Zenóbio Buondelmonti e Cosmo Rucellai, simbolizando, desse modo, a quem o autor gostaria de inspirar.

transformação do Estado moderno. A partir dela, é possível perceber o imperativo de ter que dirigir as forças históricas, a fim de alcançar uma transformação. Essa percepção, seguindo as prerrogativas “maquiavélicas”, deve ser eminentemente realista, sob a concepção de uma moral propriamente política e da política vigente.

#### Referências

- GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, a política e o Estado moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- GRUPPI, Luciano. **Tudo começou com Maquiavel**: as concepções de Estado em Marx, Engels, Lênin e Gramsci. Porto Alegre: L&PM, 1980.
- HOBBS, Thomas. **O Leviatã**. In: “Os pensadores”. São Paulo: Nova Cultural, 1997.
- LOCKE, John. **Segundo Tratado sobre o Governo**. In: “Os pensadores”. São Paulo: Abril Cultural, 1973.
- MAQUIAVEL, Nicolau. **Comentários sobre a primeira década de Tito Lívio**. Brasília: UNB, 2008.
- \_\_\_\_\_. **O Príncipe**. In: “Os pensadores”. São Paulo: Nova Cultural, 2000.
- MIGUEL, Luis Felipe. **O nascimento da política moderna**: Maquiavel, utopia e reforma. Brasília: UnB/Finatec, 2007.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do contrato social**. In: “Os pensadores”. Vol. 1. São Paulo: Nova Cultural, 1997.

*Recebido em 2013-02-03  
Publicado em 2013-05-13*